

## ***A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM TEMPOS DE IMIGRAÇÃO***<sup>1</sup>

José Carlos MARQUES

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s), Instituto Politécnico de Leiria

Recibido: 21/03/2011

Aceptado: 14/06/2011

**RESUMO:** A partir da observação de que os fluxos emigratórios portugueses não chegaram ao fim com o encerramento, no rescaldo da crise de 1973/74, das fronteiras dos países industrializados da Europa à migração de trabalhadores, o presente artigo procura analisar os fluxos emigratórios que se desenvolveram após o anunciado ‘fim da emigração portuguesa’. Será argumentado que apesar de um discurso político e de uma prática de investigação que, por diferentes motivos, tendem a menosprezar ou a negligenciar a saída de nacionais, ela continua a ser uma opção importante para milhares de portugueses que olham para a emigração como uma opção importante e atractiva para ultrapassar os constrangimentos que enfrentam no mercado de trabalho nacional. No prosseguimento deste objectivo central da comunicação a emigração portuguesa para a Suíça – um dos principais fluxos emigratórios que se desenvolveu, sobretudo, a partir de meados dos anos 80 – será utilizada para ilustrar o continuar da emigração e a falácia do final da emigração portuguesa.

**PALAVRAS CHAVE:** Emigração, Portugal, Migrações Internacionais, Migração Intraeuropeia.

### ***PORTUGUESE EMIGRATION IN AN ERA OF IMMIGRATION***

**ABSTRACT:** Departing from the observation that Portuguese emigration flows didn't come to an end after the economic crisis of 1973/74, the present article tries to analyse the flows that developed after the announced ‘end of the Portuguese emigration’. It will be shown that in spite of a political discourse and a research practice that, for different motives, tried to despise or neglect the exit of nationals, emigration continues to be an important and attractive option for thousands of Portuguese nationals to surpass the constraints they face on the national labour market.

In the prosecution of this central objective, Portuguese emigration to Switzerland – one of the main migratory flows that developed mainly after the mid 80's – will be used to illustrate de continuation of emigration and the fallacy of the argument on the end of Portuguese emigration.

**KEY WORDS:** Emigration, Portugal, International Migration, Intra-European Migration.

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior e ligeiramente alterada deste artigo foi publicada na revista *Ler História* (2009), n.º 56, 27-44.

## I. INTRODUÇÃO

A recessão económica que se seguiu à crise petrolífera de 1973/74 e as políticas de imigração restritivas impostas pelos principais países receptores de trabalhadores nacionais, contribuíram para limitar o fluxo de emigração portuguesa após o início dos anos 70. Os potenciais trabalhadores emigrantes portugueses foram particularmente afectados por este mais ou menos rápido encerramento das fronteiras decretado pelos principais destinos emigratórios portugueses da década de 1960 e dos primeiros anos da década de 1970 (sobretudo a França e a Alemanha) e pela ausência ou insuficiência de destinos novos e alternativos que pudessem utilizar os trabalhadores portugueses. A evidência empírica mostra que entre 1973/74 e 1985 o potencial emigratório nacional não se transformou em emigração efectiva. Com efeito, em comparação com os 1.293.484 emigrantes que deixaram o país entre 1964 e 1974, os 294.423 que saíram entre 1975 e 1985 representam um expressivo decréscimo (BAGANHA, *et al.*, 2001). Esta alteração quantitativa foi acompanhada por uma profunda modificação na composição do fluxo emigratório, o qual passou a ser constituído preponderantemente não por trabalhadores, mas por membros familiares de trabalhadores emigrados antes da mencionada crise económica.

A redução dos fluxos de saída e a crescente dificuldade em produzir dados fidedignos sobre o número de saídas a partir de meados dos anos 80, tornou a emigração portuguesa quase imperceptível para os mass media, os políticos e os investigadores. A inexistência, ou, pelo menos, a invisibilidade dos fluxos de saída levou o governo português a declarar oficialmente, no início dos anos 90, o ‘fim da emigração portuguesa’<sup>2</sup>.

Deslumbrado com a importância política, económica e simbólica de se ter tornado parte do grupo de países desenvolvidos (a Comunidade Europeia), a persistência da emigração surgia aos olhos da elite política como um embaraço (BAGANHA, *et al.*, 1998/1999: 249). A inclusão do país no conjunto de países desenvolvidos deveria, na sua perspectiva neoclássica, levar ao desenvolvimento de padrões migratórios similares aos observados nos restantes países desenvolvidos. Isto é, ao tornar-se parte do centro era esperado que o país comesse a receber imigrantes de países menos desenvolvidos e que a emigração estivesse, se não já extinta, num rápido e acelerado processo de extinção. O desconforto em lidar com a questão da emigração portuguesa

---

<sup>2</sup> Em Outubro de 1991, o Ministro Português dos Estrangeiros declarou numa entrevista ao Jornal Suíço *Le Nouveau Quotidien* que Portugal tinha deixado de ser um país de emigração e passado a ser um país de imigração (cited in: BAGANHA, *et al.*, 1998/1999: 249).

alargou-se mesmo aos emigrantes que tinham saído do país nas décadas precedentes. As entidades oficiais portuguesas substituíram, por exemplo, o termo ‘emigrante’ pelo termo ‘comunidades portuguesas’ e a distinção entre portugueses residentes em Portugal e emigrantes foi alterada para a distinção entre portugueses residentes e não-residentes (SANTOS, 2004: 65-69).

Ao mesmo tempo que o discurso sobre o final da emigração portuguesa começa a generalizar-se entre a elite política e a comunidade científica nacional, Portugal vê-se confrontado com uma nova realidade migratória, muito mais em consonância com a ideia de ‘país desenvolvido’. A evolução positiva dos fluxos imigratórios observada a partir de meados dos anos 80, levou, na ausência de informação suficiente sobre as saídas, à contínua repetição do anúncio da tese da transição migratória. O forte aumento da população estrangeira residente no país ao longo das décadas de 80 e 90 – passando de 58.091, em 1980, para 190.896, em 1999 – justificava a maior atenção que o fluxo de entrada recebia por parte dos investigadores científicos, a classe política e a generalidade da opinião pública. A nível político a ideia da transformação em país de imigração foi apropriada pelo Estado português que a integrou no seu discurso da ‘imaginação do centro’ (SANTOS, 1993: 49). Isto é um discurso usado para apresentar (sobretudo internamente) o país como parte integrante do centro devido à sua integração na Comunidade Europeia e, por isso, já não relegado para uma posição periférica no sistema económico mundial. Esta ‘imaginação do centro’ apenas parcialmente era confirmada pela realidade migratória portuguesa na qual um crescimento da população imigrante seguia a par com o aumento dos fluxos de saída.

## **II. A REVITALIZAÇÃO DA EMIGRAÇÃO LABORAL PORTUGUESA A PARTIR DE MEADOS DOS ANOS 80**

É esta simultaneidade entre a manutenção do fluxo de saída e o surgimento de um significativo fluxo de entrada que justifica o título do presente artigo. A emigração que se produziu, sobretudo, após meados dos anos 80 ocorreu num tempo que, para os mass media, a elite política e a comunidade científica, etc., era preponderantemente, ou mesmo exclusivamente, um tempo de imigração.

Como demonstrado por diversos autores a emigração portuguesa encontra-se longe da extinção, tendo mesmo registado um aumento contínuo desde meados dos anos 80. A retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significa, contudo, que eles se produzam num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 60/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migrató-

rias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos migratórios. Vejamos com algum detalhe alguns dados que ilustram as características enunciadas<sup>3</sup>.

### II.1. Aumento da mobilidade externa e novos destinos migratórios.

A análise das estatísticas sobre a entrada de portugueses em alguns países de destino, realizada por Baganha e Peixoto (BAGANHA, et al., 1997; PEIXOTO, 1993b), demonstra que, entre 1985 e 1990, Portugal assistiu a uma intensificação das saídas permanentes (em média saíram durante este período 33.000 indivíduos), embora a níveis bastante inferiores aos das décadas precedentes. À semelhança do que sucedia antes da crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, sobretudo, para os países europeus. Porém, verificou-se uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal pólo de atracção em detrimento da França. Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes (cálculos com base nos dados apresentados por BAGANHA, et al., 1997)<sup>4</sup>.

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus pode ser, também, observado através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu. Como a tabela seguinte exemplifica para sete países europeus, após uma diminuição, entre 1981 e 1985, do *stock* de portugueses devido ao continuar do efeito de regresso daqueles que emigraram nas décadas de 60 e 70, assiste-se, a partir de 1985, ao aumento contínuo dos portugueses residentes que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural das comunidades aí residentes, mas também à acção de novos movimentos migratórios<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Para uma análise mais desenvolvida dos efeitos da alteração do contexto institucional e político sobre os fluxos migratórios portugueses após 1985, cf., entre outros, MARQUES (2008), BAGANHA, et al. (2002) e RAMOS, et al. (2003).

<sup>4</sup> Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar durante a década de 80 um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (PEIXOTO, 1993a: 47).

<sup>5</sup> O recrudescimento do movimento emigratório português pode também ser evidenciado pela evolução do valor das remessas que, entre 1985 e 1992, mais do que duplica. A análise das remessas por países de origem confirma a crescente importância da Suíça. Em 1984, apenas 6% do total das remessas eram oriundas deste país, enquanto em 1992 essa percentagem já representava 18,7% do total, constituindo-se a Confederação Helvética nesta última data

É particularmente significativo que na maioria dos países a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2009, indicando claramente que as notícias sobre o final dos movimentos emigratórios portugueses eram manifestamente exageradas. Os aumentos expressivos (em termos percentuais e absolutos) registados em países nos quais a presença de portugueses não tinha até então assumido números significativos indicam que, a partir dos anos 80, a emigração portuguesa encontrou destinos alternativos aos tradicionais países receptores de mão-de-obra nacional. Os casos da Suíça e de Andorra são particularmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios, uma vez que em ambos os casos a presença de portugueses passou, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente irrelevante e exígua a uma das comunidades nacionais mais significativas<sup>6</sup>.

**Tabela 1: População portuguesa residente no estrangeiro, 1981-2009\***

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2009
Andorra	1,304	1,731	3,951	6,885	6,748	13,362
Alemanha <sup>1 e 4</sup>	109,417	77,000	92,991	125,100	133,726	113,260
Bélgica <sup>1</sup>	10,482	9,500	16,538	23,900	25,600	29,802
Espanha <sup>1 e 5</sup>	24,094	23,300	33,268	37,000	42,000	140,870
Luxemburgo <sup>2</sup>	28,069	-	39,100	51,500	58,450	80,00
Reino Unido <sup>1</sup>	-	-	-	30,000	58,000	95,000
Suíça <sup>6</sup>	16,587	30,851	85,649	134,827	134,675	205,255
Total	189,953	142,382	271,497	409,212	459,173	597,549

FONTES: <sup>1)</sup> SOPEMI, diversos anos; <sup>2)</sup> Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); <sup>3)</sup> Ministerio de Justicia i Interior (Andorra) [<http://www.estadistica.ad/indexdee.htm>]; <sup>4)</sup> Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006; <sup>5)</sup> Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; <sup>6)</sup> Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2

\* a alteração do número de portugueses residentes nos países seleccionados pode resultar quer dos movimentos migratórios (de entrada e/ou de saída), quer de diferentes propensões na aquisição da nacionalidade do país de acolhimento.

## II.2. Novas modalidades migratórias

A par das saídas de carácter mais permanente há ainda a registar um fluxo importante de saídas temporárias (isto é, saídas em que a intenção de permanência é inferior a um ano) cuja real dimensão é difícil de calcular. Só para a Suíça, como se verá mais adiante, o valor das saídas temporárias rondou,

---

como o segundo país mais importante no envio de remessas para Portugal (SOPEMI, 1995: 114).

<sup>6</sup> É necessário referir que nos inícios da década de 70 os portugueses em Andorra não chegavam à centena (MALHEIROS, 2002: 248) e na Suíça o seu número rondavam o milhar.

anualmente, as 33.000 durante as décadas de 80 e 90<sup>7</sup>. Dado tratar-se de saídas temporárias torna-se inadequado afirmar que ao número global de saídas durante o período em estudo corresponde um igual número de migrantes. Com efeito, muitas das saídas são realizadas pelo mesmo migrante em anos sucessivos, tratando-se, por isso, de movimentos repetidos de um mesmo migrante e não de migrações de novos migrantes. No caso helvético, por exemplo, estas estadias temporárias fora do país de origem repetem-se, geralmente, até à satisfação das condições necessárias à obtenção da condição de migrante permanente.

A relevância das migrações temporárias é igualmente visível nos movimentos com direcção ao destino tradicional de emigração portuguesa permanente na Europa (a França), passando de aproximadamente 3.000, em 1976, para 14.719, em 1989, e para 16.568, em 1991 (dados da OMI citados em RUIVO, 2001: 160)<sup>8</sup>. Interessante neste movimento para França é o facto de, pelo menos parcelarmente, ele parecer assentar e ser potenciado pela comunidade portuguesa que se estabeleceu em França durante as décadas de 60 e 70.

### III. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A SUÍÇA

Como referido, a Suíça surge nesta nova fase da emigração portuguesa como o principal país de destino dos trabalhadores nacionais. Torna-se, por isso, necessário dedicar uma atenção mais demorada a este fluxo migratório.

A emigração portuguesa para a Suíça é paradigmática das alterações verificadas na emigração portuguesa a partir de meados dos anos 80, quer por assentar inicialmente em novas modalidades migratórias (a emigração sazonal), quer por se constituir como um novo e principal destino da emigração portuguesa. Com efeito, os dados disponíveis sobre a emigração portuguesa para a suíça permitem afirmar que este país se manteve durante as décadas de 60 e 70 à margem dos fluxos migratórios intra-europeus dos portugueses. A primeira vez em que se encontra uma referência ao número de portugueses presentes na Suíça data de 1960. Nesse ano encontravam-se em território helvético 373 portugueses que representavam menos de 0,1% dos 495.638

---

<sup>7</sup> Segundo as estatísticas portuguesas, baseadas na emissão do passaporte, o número total de saídas temporárias com destino à Suíça foi, entre 1981 e 1988, de 21.571 (PEIXOTO, 1993a: 44).

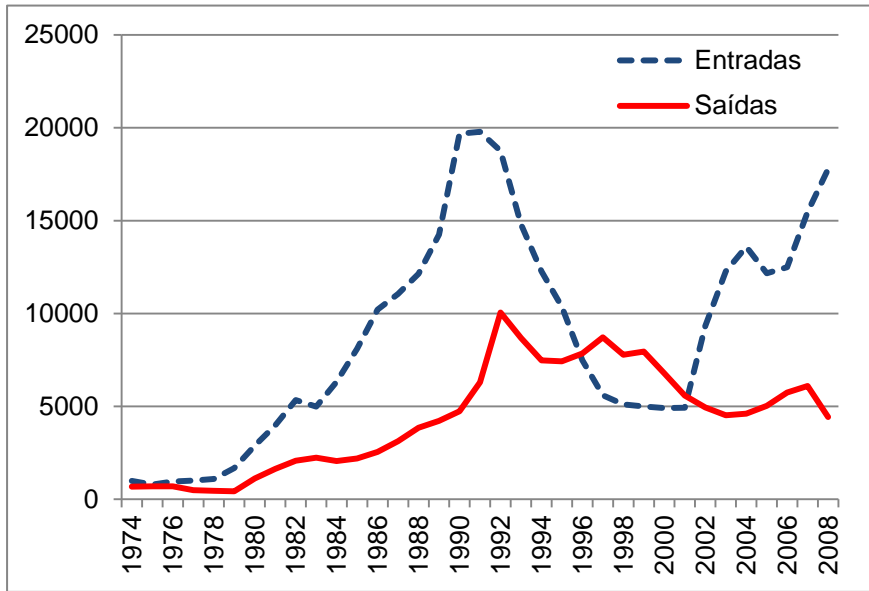
<sup>8</sup> Parte destes temporários foram posteriormente incluídos nos 15.368 trabalhadores permanentes portugueses registados, em 1992, pelos serviços do ONI e do INED (RUIVO, 2001: 161). ONI = Office des Migrations Internationales; INED = Institut Nationale D'Études Démographiques

estrangeiros presentes na Suíça. A inexistência, até 1969, de dados referentes ao movimento anual de entrada de portugueses apenas permite constatar que este fluxo se deverá ter processado a um ritmo lento mas contínuo, uma vez que a população residente portuguesa passou de 1.409, em 1964, para 1.600, em 1966, e para 5.996, em 1975. Durante este período inicial a maioria dos portugueses eram titulares de uma autorização de permanência anual (77,3%), ou de residência (21,3%) e somente uma minoria se encontrava na posse de uma autorização de trabalho sazonal (1,4%) (SCHWEIZERISCHE EIDGENOSSENSCHAFT, 1976). O desenvolvimento do número de portugueses residentes em território helvético é particularmente interessante de analisar se tivermos em consideração que em 1964 o Governo Helvético negou “explicitamente as possibilidades de imigração aos cidadãos de países do Sul (Ásia, África, mas também Grécia, Portugal e Turquia)” (PIGUET, 2005: 92), os quais apresentavam maior distância cultural em relação à cultura helvética e diferentes concepções políticas, sociais e religiosas que tornavam a adaptação às condições de trabalho e de vida suíças bastante difícil (BIGA, 1964: 173-174).

A partir de 1969 já é possível documentar estatisticamente a evolução anual do fluxo de entrada de portugueses na Suíça. Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros (Bundesamet für Ausländerfragen), o movimento de entrada de portugueses apresenta uma evolução positiva que só viria a ser ligeiramente interrompida nos períodos recessivos de 1974/75 e 1983 e, com mais intensidade, a partir de 1991 (GRÁFICO 1). Ultrapassadas as recessões económicas, em que se registou um aumento das saídas, a emigração portuguesa para a Confederação Helvética regista uma retoma do crescimento que se prolonga até à actualidade.

A este fluxo de entradas permanentes (portadores de uma autorização de residência anual ou permanente) deve, como já referido atrás, adicionar-se os emigrantes sazonais que, em muitos casos, após a satisfação dos requisitos legais transitam para um estatuto de residência mais duradouro. A migração temporária como precursora da migração permanente parece ir ao encontro da afirmação avançada por BAGANHA e PEIXOTO (1997: 25) de que a migração sazonal portuguesa constitui uma migração permanente potencial que só assume a primeira forma devido às leis de imigração do país de acolhimento. Como demonstrado noutra local (MARQUES, 2008), esta afirmação, apesar de válida para a maioria dos migrantes sazonais, merece uma precisão adicional dado que, para uma parte dos migrantes, as saídas temporárias fazem parte da sua própria estratégia migratória e não constituem um meio para atingir uma migração de carácter mais permanente.

**Gráfico 1.** Evolução do volume de entradas (1969-2008) de Portugueses com autorizações de residência anuais e permanentes



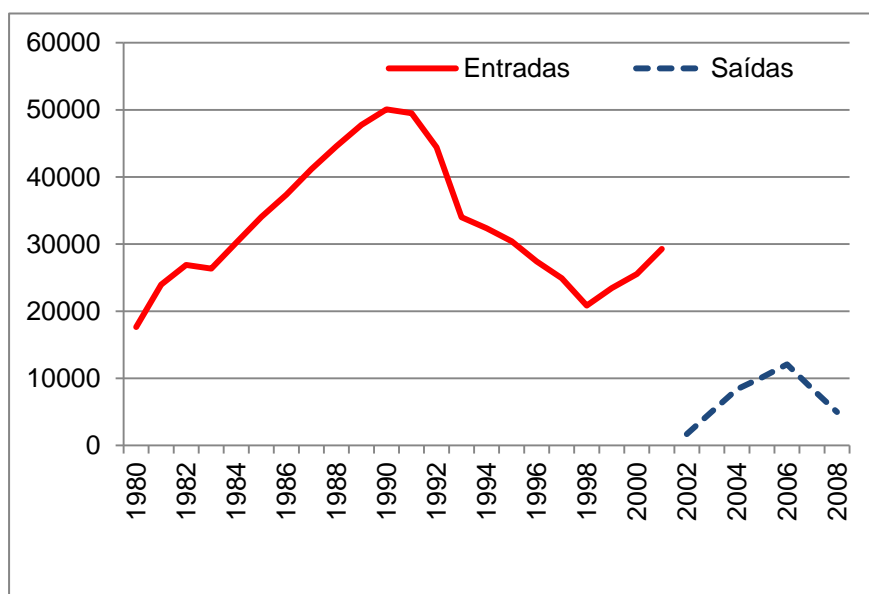
FONTE: BFA, vários anos

A relevância da entrada de trabalhadores sazonais na evolução do volume de entrada dos anuais e permanentes justifica que se descreva sucintamente o seu desenvolvimento. À semelhança dos migrantes anuais e permanentes, os sazonais também manifestaram uma evolução positiva até à década de 90, passando de cerca 23.700 entradas por ano, entre 1980 e 1983, para 40.700, entre 1984 e 1990 (GRÁFICO 2). Dado tratar-se de uma categoria de residência em estreita relação com a evolução do mercado de trabalho, a crise dos anos 90 repercutiu-se de forma mais imediata sobre os sazonais do que sobre os anuais e os permanentes. Assim, a diminuição começou a evidenciar-se logo em 1991, tornando-se particularmente pronunciada no ano seguinte. A redução do volume de entradas de trabalhadores sazonais portugueses prolongou-se até 1998, ano em que atingiram valores próximos dos registados no início da década de 80. Entre 1999 e 2001 o fluxo de migrantes sazonais portugueses mostrou sinais de retoma, atingindo, no último ano, as 29.291 entradas. Após 2002 deixa de existir esta categoria de entrada, mas os dados relativos à entrada de trabalhadores de curta duração que não pertencem à população permanente estrangeira indicam que as entradas temporárias se mantiveram a um nível elevado, embora inferior ao registado em 2001<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> (nos últimos dois anos as autorizações de permanência com validade inferior a 12 meses



**Gráfico 2.** Entrada de Portugueses com autorizações de residência sazonal (1980-2001) e com autorizações de curta duração (2002-2008)



FONTE: BFA, vários anos

Em resultado deste forte movimento de entrada, os portugueses tornaram-se na terceira maior comunidade de estrangeiros a residir em território helvético logo a seguir aos italianos e aos alemães<sup>10</sup>. Em finais de Dezembro de 2008 residiam na Suíça 196.168 portugueses. O *stock* de portugueses a residir na Suíça segue uma evolução semelhante à registada no fluxo de entrada de portugueses (com autorizações anuais ou permanentes), apresentando uma evolução contínua até 1996, uma certa estagnação a partir dessa data e uma retoma da evolução positiva após 2001 (MARQUES, 2008).

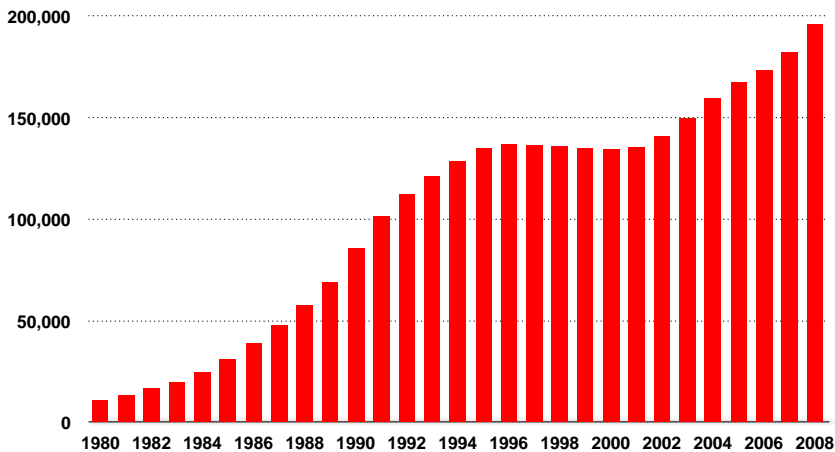
As características dos migrantes portugueses na Suíça apresentam algumas similitudes com a dos migrantes portugueses que, nos anos 60 e inícios dos anos 70, se deslocaram para outros países industrializados da Europa do Norte. À semelhança daquele trata-se de um fluxo de mão-de-obra composto essencialmente por activos jovens. É, contudo, de assinalar que, ao contrário da corrente migratória intra-europeia anterior à crise petrolífera e económica de 1973/74, o fluxo migratório para a Suíça apresentou sempre uma forte

foi de 10.125 em 2005, 12.081 em 2006, 8.461 em 2007 e 4986 em 2008).

<sup>10</sup> Em termos relativos os portugueses presentes na Suíça representam 12%, os italianos 17,7% e os alemães 14,2%.

componente feminina independente do processo de reagrupamento familiar. A sua inserção nos sectores de emprego fortemente dependentes de forças de trabalho estrangeiras e a sua frequente falta de emprego em Portugal, ajuda a suportar a hipótese de, também à semelhança da emigração da década de 60 e da de 70, se tratar de uma transferência internacional de mão-de-obra que, no entanto, agora se alarga aos dois sexos. Neste sentido, as experiências migratórias femininas tornam-se mais visíveis e diversificadas, compreendendo, para além do papel que tradicionalmente lhe era atribuído nas correntes migratórias internacionais (reagrupamento familiar), cada vez mais a movimentação por motivos laborais. Dá-se, deste modo, o surgimento e desenvolvimento de perfis migratórios em que as mulheres surgem como protagonistas activas da migração, ou seja, surgem formas migratórias que têm sido consideradas como marginais relativamente a um modelo migratório dominante caracterizado por uma migração feminina dependente da masculina.

**Gráfico 3.** *Evolução dos portugueses residentes na Suíça, 1980-2008*



FONTE: BFA, vários anos

#### IV. NOVO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A nível institucional, a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 trouxe consigo o surgimento de novas condições de circulação para os trabalhadores portugueses. Em 1992, os portugueses obtiveram acesso a um espaço de livre circulação de pessoas que parecia criar as condições adequadas à retoma dos movimentos de saída para os destinos que nas décadas de 60 e 70 tinham recebido a maioria dos emigrantes nacionais.

O efeito mais visível e politicamente mais significativo desta adesão nas migrações dos portugueses no espaço comunitário manifestou-se através do desenvolvimento de um novo tipo de mobilidade (RAMOS, et. al., 2003) que diverge (por vezes de modo apenas aparente) das tradicionais formas de emigração dos portugueses. Trata-se dos movimentos dos trabalhadores destacados que se tornaram particularmente evidentes com a adesão de Portugal à então denominada Comunidade Europeia.

Em conformidade com o Tratado de Adesão a livre circulação de trabalhadores portugueses só poderia realizar-se após um período de transição que se estenderia até 1 de Janeiro de 1992. No entanto, o Tratado não sujeitava ao mesmo período de transição a liberdade de prestação de serviços no espaço comunitário por parte de empresas portuguesas. Assim, nos anos de 1996 e 1997 assistiu-se à mobilidade de centenas de trabalhadores destacados, sobretudo para obras de construção no Sul de França e nas imediações de Paris (EICHHORST, 1998: 157). Esta prática estendeu-se, no decurso da década de 90, à Alemanha onde se tornou particularmente evidente, registando-se a entrada massiva de trabalhadores portugueses no mercado de trabalho da construção civil da Alemanha (BAGANHA, et al., 2002: 65). À semelhança do caso francês, este fluxo distingue-se das tradicionais formas da emigração portuguesa devido ao facto da mobilidade do trabalhador ser promovida por empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas de construção Alemãs<sup>11</sup> e que utilizam a seu favor as vantagens da livre circulação no espaço europeu.

Esta nova forma migratória distingue-se dos anteriores fluxos de entrada na Alemanha, uma vez que enquanto durante o período dos 'Gastarbeiter' vigorava o princípio da territorialidade no que se refere à segurança social e às condições laborais (ou seja, aplicavam-se aos imigrantes os standards sociais e laborais/salariais da sociedade de acolhimento), as novas formas migratórias, caracterizam-se pela exclusão explícita dos trabalhadores migrantes dos direitos sociais e, parcialmente, dos direitos salariais vigentes na Alemanha (FAIST, 1995 e 42). Na realidade os trabalhadores destacados não são migrantes individuais que se dirigem para um determinado país de forma privada e particular, mas são, sim, 'migrantes colectivos' cuja entrada no país de destino se encontra condicionada à realização de um contrato de empreitada por parte do empregador português.

---

<sup>11</sup> Este processo não é totalmente novo, uma vez que já durante a década de 80 um número desconhecido de portugueses se deslocou para o Médio Oriente ao serviço de empresas portuguesas que aí executavam trabalhos de construção civil ou de obras públicas (MEDEIROS, 1985: 177).

O número exacto de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar dada a sua não inclusão em sistemas de registo assentes na participação no mercado de trabalho ou na segurança social alemã. De acordo com dados apresentados por Worthmann (2003), o número de trabalhadores portugueses destacados na Alemanha, em 1997, era de 21.919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos Estados comunitários. Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num País membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses a trabalhar como destacados de forma irregular (GAGO, et al., 2002: 212).

## V. CONCLUSÃO

Os movimentos migratórios atrás descritos são elucidativos do padrão migratório que se desenvolvem a partir, sobretudo, de meados dos anos 80. Analisados em conjunto é possível notar, à semelhança do que já fizeram diversos autores anteriores (cf. BAGANHA, 1993, BAGANHA, et al., 1997, PEIXOTO, 1993b, RAMOS, et al., 2003), que esse padrão contemporâneo se caracteriza pela coexistência entre novas formas migratórias e movimentos migratórios de cariz mais clássico. Estas novas formas são o resultado quer do quadro legal criado pela adesão de Portugal à União Europeia, quer dos condicionalismos à entrada impostos por diversos países de destino tradicionais dos portugueses. O crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, assim como a frequente indefinição entre “movimentos ‘permanentes’ e ‘temporários’” (PEIXOTO, 1993a: 68) surge, neste contexto, como o aspecto mais visível da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses. Trata-se, em muitos casos, de movimentos híbridos em que a estadia permanente é, por vezes, conseguida através da reiteração de movimentos temporários e de estadias superiores ao permitido pelo título de permanência do migrante. Estas novas mobilidades são particularmente evidentes no caso dos movimentos de trabalhadores destacadas para a Alemanha em que as movimentações repetidas resultam, frequentemente, da alternância do trabalho destacado com o trabalho irregular e, por vezes, mesmo trabalho independente.

Trata-se de movimentos migratórios que se diferenciam da migração portuguesa para a Europa durante as décadas de 60 e 70 e que ocorrem perante a emergência de “espaços sociais transnacionais” (FAIST, 2003) no interior dos quais se integra a mobilidade dos trabalhadores portugueses. Esta inserção no espaço social transnacional encontra-se, contudo, limitada à sua dimensão

laboral, não se dando, por isso, uma participação plena em todas as suas dimensões<sup>12</sup>. Seria, deste modo, mais adequado utilizar a expressão “transnacionalismo parcelar ou incompleto” para significar a aderência a padrões de mobilidade em contextos não-nacionais que se processam através da interligação de diversos pontos de origem e de destino que partilham características comuns ao nível do mercado de trabalho. Neste sentido, estes movimentos referem-se à participação regular e intensa num espaço de trabalho transnacional delimitado e potenciado, no caso dos trabalhadores da construção civil, pelas fronteiras exteriores da União Europeia e pelas novas possibilidades de circulação dos trabalhadores no interior deste espaço.

Para além destes factores de carácter institucional, há, ainda, a referir o seguinte conjunto de factores inter-relacionados para compreender as razões da manutenção dos fluxos de saídas dos portugueses.

Primeiro, à semelhança de fluxos migratórios anteriores, o fluxo emigratório contemporâneo tem origem em cálculos económicos e na procura de realização de oportunidades económicas que escasseiam em Portugal.

Segundo, a estrutura segmentada dos mercados de trabalho dos países de acolhimento. Tal é particularmente evidente no caso da emigração portuguesa para a Suíça em que os lugares no mercado de trabalho secundário foram numa primeira fase, ocupados por emigrantes italianos e espanhóis e, numa segunda fase, pelos emigrantes portugueses que vieram substituir aqueles dois grupos de emigrantes que crescentemente abandonam o segmento secundário do mercado de trabalho. É este abandono por parte dos imigrantes que se encontram na Suíça há mais tempo (motivado pelo regresso destes imigrantes, ou pela sua mudança para empregos mais atractivos), juntamente com o esgotamento das tradicionais regiões de recrutamento, que cria a necessidade dos empresários helvéticos se dirigirem a outras regiões para a obtenção da mão-de-obra indispensável ao desenvolvimento das suas actividades produtivas.

Terceiro, a existência de comunidades portuguesas espalhadas por diversas regiões do mundo que se constituem como verdadeiras estruturas sociais de apoio à migração. A participação dos indivíduos nestas redes migratórias permite-lhe o acesso às informações difundidas na rede e ao suporte material à realização dos projectos migratórios. De uma forma geral, no actual contexto emigratório português, as redes migratórias não se limitam a manter o

---

<sup>12</sup> De acordo com ITZIGSOHN e SAUCEDO (2002: 768), “as práticas transnacionais cobrem todas as esferas de acção social, podendo ser separadas, para fins analíticos, em três campos de acção social: económico, político e sociocultural”.

fluxo migratório entre dois locais específicos. Antes se reconfiguram continuamente de modo a possibilitar a ligação entre a origem e vários possíveis destinos, os quais são activados de acordo com o sancionamento económico e político vigente no mercado internacional de trabalho. É, assim, de admitir a existência de redes migratórias multi-polares com diferentes graus de produtividade e com uma forte capacidade de inclusão de novos destinos emigratórios. Isto é, redes que, em relação a um destino particular, se podem encontrar momentaneamente hibernadas, mas que, relativamente a outro destino, se podem encontrar em plena actividade.

É esta dinâmica das redes migratórias que, em conjunto com a evolução da procura internacional de mão-de-obra, poderá ajudar a explicar o ressurgimento de destinos emigratórios tradicionais como a França ou o Luxemburgo, a manutenção da emigração para a Suíça e o desenvolvimento de diversas formas de mobilidade externa dirigida para países como a Espanha, a Inglaterra, a Alemanha, ou a Holanda.

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. I. (1993): «Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa», in APS, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento-Actas do II Congresso Português de Sociologia* Lisboa, Fragmentos, 819-835.
- BAGANHA, M. I. e CARVALHEIRO, L. (2002): «Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas», in REIS, J. e BAGANHA, M. I. (eds.), *A economia em curso. Contextos e Mobilidade*, Porto, Afrontamento, 63-86.
- BAGANHA, M. I. e GÓIS, P. (1998/1999): «Migrações internacionais em Portugal: o que sabemos e para onde vamos». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 229-280.
- BAGANHA, M. I. e MARQUES, J. C. (2001): *Imigração e Política: O caso Português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, M. I. e PEIXOTO, J. (1997): «Trends in the 90's: the portuguese migratory experience», in BAGANHA, M.I. (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, 15-40
- BIGA (Bundesamt für Industrie Gewerbe und Arbeit) (1964): *Das Problem der ausländischen Arbeitskräfte : Bericht der Studienkommission für das Problem der ausländischen Arbeitskräfte*, Berna, Eidgenössische Drucksachen- und Materialzentrale.
- EICHHORST, W. (1998): *Europäische Sozialpolitik zwischen nationaler und supranationaler Regulierung: Die Entsendung von Arbeitnehmern im Rahmen der Dienstleistungsfreiheit innerhalb der Europäischen Union*, Universität Konstanz: Fachbereich für Politik- und Verwaltungswissenschaft.
- FAIST, T. (1995): «Migration in transnationalen Arbeitsmärkten: Zur Kollektivierung und Fragmentierung sozialer Rechte in Europa - Teil I», *Zeitschrift für Sozialreform*, 41 (1), 36-47.

- GAGO, C. e VICENTE, T. (2002): «Alemanha», in BAGANHA, M. I., FERRÃO, J. e MALHEIROS, J. (eds.), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 177-224.
- ITZIGSOHN, J. e SAUCEDO, S. G. (2002): «Immigrant incorporation and sociocultural transnationalism», *The International Migration Review*, 36 (3), 766-798.
- MALHEIROS, J. (2002): «Espanha e Andorra», in BAGANHA, M. I., FERRÃO, J. e MALHEIROS, J. (eds.), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 225-255.
- MARQUES, J. C. (2008): *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, ICS.
- MEDEIROS, C. A. (1985): «Elementos estatísticos – evolução recente da emigração portuguesa (1974-1983)», *Finisterra*, 20 (39), 173-182.
- PEIXOTO, J. (1993a): «A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução», *Estudos Demográficos*, 31, 35-74.
- PEIXOTO, J. (1993b): «Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in SILVA, M. B. ET AL. (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, 278-307.
- PIGUET, E. (2005): *L'immigration en Suisse depuis 1948. Une analyse des flux migratoires*, Zurich, Seismo Verlag.
- RAMOS, M. C. e DIOGO, H. (2003): «Le Portugal, pays relais de la migration en Europe», *Migrations Etudes*, nº 116.
- RUIVO, J. R. (2001): *Portugais et population d'origine portugaise en France*, Paris, Harmattan.
- SANTOS, B. de S. (1993): *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, V. (2004): «O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos Anos 60 a 80 e a Imigração dos Anos 90 à Actualidade», Lisboa, Colecção: Estudos e Documentos do Observatório da Imigração, 8.
- SCHWEIZERISCHE EIDGENOSSENSCHAFT (1976): «Message du Conseil fédéral à l'Assemblée fédérale concernant la convention de sécurité sociale conclue entre la Suisse et le Portugal (Du 19 mai 1976)», *Bundesblatt*, II, Berna, 1273-1289.
- WORTHMANN, G. (2003): *Nationale Autonomie trotz Europäisierung: Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft*, Munich, Rainer Hampp Verlag.